

Vida Económica
Ordem dos Economistas
12-12-2014

Periodicidade: Semanal
Classe: Economia/Neócios
Âmbito: Nacional
Tiragem: 26000
Temática: Economia
Dimensão: 482
Imagem: S/Cor
Página (s): 7

A ética e "corporate governance" – fatores estratégicos de competitividade

Este artigo tem como propósito ser um modesto contributo para melhor entendimento da temática dos conceitos ética e "corporate governance" como fatores estratégicos de vantagem competitiva. A nova ordem mundial, caracterizada pela economia do conhecimento, em que os fatores tradicionais de vantagem competitiva deram lugar a novos fatores de eficiência competitiva, tais como a globalização, desregulamentação, tecnologia, maior proximidade geográfica, inovação, volatilidade dos mercados, encurtamento do ciclo de vida dos produtos e a nova consciência ecológica, fatores alavancadores de vantagem competitiva.

Deste modo, define-se ética como o conjunto de atitudes, comportamentos e atitudes que afetam positivamente ou negativamente uma determinada situação ou pessoas por deficiência moral ou intenção amorosa (negligência), conscientemente não deverá ter determinada altitude ou comportamento, mas mesmo assim o pratica. De acordo com a OCDE, o paradigma "corporate governance" consiste num sistema através do qual as organizações ou empresas são geridas e controladas, dando enfoque à estrutura da governação, porque especifica a distribuição dos direitos e responsabilidades entre as diversas partes envolvidas nas organizações tais como: a administração, a direção, acionistas e outros "stakeholders" e explica as regras e procedimentos das decisões tomadas. Tão-pouco os aspetos fundamentais, incluídos nos "Princípios de Corporate Governance", referem-se aos direitos, tratamentos equitativos, à divulgação das informações de gestão, transferência de responsabilidades dos gestores. O sucesso de qualquer organização com ou sem fins lucrativos, pública ou privada ou outra dimensão económica, não depende apenas da adoção de estratégias de otimização dos recursos e maximização dos lucros,

mas também pela adoção de estratégias que permitam promover e fomentar a responsabilidade social; como a nova consciência ecológica, a proteção do ambiente, o fenómeno das externalidades e o seu impacto nos custos sociais e taxa de crescimento do produto, traduzido no bem-estar socioeconómico.

A finalidade de uma organização com ou sem fins lucrativos é satisfazer os desejos e necessidades da demanda, clientes, usuários; isto significa ter uma lógica económica de financiar o bem-estar económico e social, através da obrigação social com a criação de postos de trabalho emprego e geração de lucro, reação social, contribuindo para a resolução de problemas sociais como o talento dos colaboradores e gestores e sensibilidade social através de promoção e divulgação de causas ambientais e sociais. A incompetência e desonestidade, resultante da má gestão, implicam elevados custos sociais e económicos que se traduzem em prejuízos para as organizações públicas ou privadas e, por conseguinte, para a sociedade em geral. A perda da performance económica e competitiva, pela incompetência técnica e de liderança dos gestores ou decisores públicos, é o reflexo do fraco desempenho e eficiência competitiva (vantagem competitiva) das organizações públicas ou privadas. Os vários escândalos e comportamentos vividos nas últimas décadas em Portugal por má gestão, tais como o caso de Isaltino Moraes, Freepart, Duarte Lima e outras deficiências de competência por má governança, são algumas razões explicativas para uma gestão ambígua e pouco ética, com efeitos negativos e nefastos na confiança, imagem e credibilidade de Portugal nos empreendedores, acionistas e investidores e, consequentemente, na sociedade em geral. A violação dos princípios éticos e morais resultantes da má gestão dos decisores públicos e organizativo veio reforçar o surgimento de mecanismos que conduzam a

uma maior transparência das políticas e práticas de gestão das organizações públicas ou privadas. Ademais, é imperativa a adoção de mecanismos que conduzam a uma maior transparência da gestão das empresas e organizações, através da obrigatoriedade de informação fidedigna, práticas e políticas de governação transparentes e potenciar a importância da responsabilidade social no contexto da economia do conhecimento.

De acordo com distintos autores da literatura estratégica, a ética e a "corporate governance" (governança transparente) são visualizados como fatores estratégicos de vantagem competitiva para as organizações, para a sociedade e para um país. Tão-pouco são as elevadas atuações éticas que definem a cultura de uma organização ou de um país e, por conseguinte, contribui para o sucesso económico e social. Os investidores valorizam pouco economias (organizacionais, locais, regionais e nacionais) que suscitam pouca confiança e credibilidade, resultantes de conflitos socioeconómicos, políticos e culturais. Os investidores, acionistas, empreendedores e agentes de desenvolvimento privilegiam e dão maior enfoque estratégico a economias com ausência de conflitos socioeconómicos, já que produzem um efeito centrípeto (tendência de aproximação) nos investidores e outros agentes de desenvolvimento, por garantirem estabilidade e equilíbrio económico, social, político e cultural. As economias que adotem uma cultura ética e socialmente responsável, fomentando e promovendo valores e princípios éticos de responsabilidade social, obtêm maiores retornos e rentabilidades incrementando o seu diferencial competitivo, dotando as diversas economias (organizativa, local, regional e nacional) com maior potencial competitivo, conduzindo ao sucesso económico através da obtenção de maior performance económica e vantagem competitiva comparativamente com outras economias.



JÚLIO HENRIQUE PAIVA
FIGO
Cédula Profissional Nº9116